

ANEXO I

**Jurisprudência relativa ao Direito Internacional no
Supremo Tribunal Federal - STF**

Pesquisadores
AMANDA ATHAYDE
ANA BEATRIZ COSTA KOURY

1. EXTRADIÇÃO

EXT 1072 / FR - FRANÇA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 28/02/2008

Publicação: 11/04/2008

Ementa: Extradicação instrutória. Pedido formulado com base no tratado de extradicação Brasil e França. Mandado de prisão expedido contra o extraditando pela suspeita de envolvimento no crime de tráfico internacional de entorpecentes. Pedido de extradicação que atende todos os requisitos legalmente exigidos. Extraditando que responde a processo no Brasil. Extradicação deferida, porém condicionada à conclusão do processo a que responde o extraditando no Brasil, salvo determinação em contrário do presidente da república.

EXT 1068 / AT - ARGENTINA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 12/03/2008

Publicação: 18/04/2008

Ementa: Extradicação. Argentina. Homicídio. Art. 79 do código penal argentino. Art. 121, caput, do código penal brasileiro. Acordo de extradicação entre os Estados-partes do Mercosul. Decreto 4.975/2004. Presença dos pressupostos para o deferimento. Impossibilidade, nesta sede processual de avaliar-se a excludente de legítima defesa. Pedido deferido.

EXT 1103 / ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 13/03/2008

Publicação: 07/11/2008

Ementa: Extradicação instrutória. Tráfico de entorpecentes, associação para o tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro e homicídio. Preenchimento dos requisitos legais. Associação para o tráfico de entorpecentes: crime ausente do rol taxativo do tratado de extradicação celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Entendimento, do pleno, de que esse crime foi inserido automaticamente no tratado específico. Ação penal em curso no Brasil: circunstância não impeditiva da entrega do extraditando ao país requerente, condicionada a juízo de oportunidade e conveniência do presidente da república. Entrega do extraditando sujeita a compromisso formal de comutação da pena eventualmente imposta no país requerente.

EXT 1031 / FR - REPÚBLICA FRANCESA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 27/03/2008

Publicação: 23/05/2008

Ementa: Extradicação - Diligências - Documentos - Alcance do § 2º do artigo 85 da Lei nº. 6.815/80. O extravasamento do prazo de sessenta dias, previsto no § 2º do artigo 85 da Lei nº. 6.815/80, apenas provoca o julgamento do pedido de extradicação independentemente do cumprimento da diligência. Descabe indeferir a juntada de documentos ante o término do prazo fixado. Extradicação - culpa. O processo de extradicação não enseja o exame da culpabilidade do extraditando, sendo suficientes a ausência da prescrição e a tipicidade do fato que respalda a extradicação segundo a legislação do país requerente e do requerido.

EXT 1074 / RFA - REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 27/03/2008

Publicação: 13/06/008

Ementa: Extradicação passiva de caráter instrutório - suposta prática de três (3) delitos de estelionato ("burla") - inexistência de tratado de extradicação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha - promessa de reciprocidade - fundamento jurídico suficiente - necessidade de respeito aos direitos básicos do súdito estrangeiro - momento consumativo do delito de estelionato - competência da república federal da Alemanha para o processo e julgamento das infrações penais atribuídas ao súdito estrangeiro - observância, na espécie, dos critérios da dupla tipicidade e da dupla punibilidade - atendimento, no caso, dos pressupostos e requisitos necessários ao acolhimento do pleito extradicional - extradicação deferida. Inexistência de tratado de extradicação e oferecimento de promessa de reciprocidade por parte do estado requerente.

EXT 1104 / UK - REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 14/04/2008

Publicação: 23/05/2008

Ementa: Extradicação. Passiva. Pena. Prisão perpétua. Inadmissibilidade. Necessidade de comutação para pena privativa de liberdade por prazo não superior a 30 (trinta) anos. Concessão com essa ressalva. Interpretação do art. 5º, XLVII, "b", da cf. Precedentes. Só se defere pedido de extradicação para cumprimento de pena de prisão perpétua, se o estado requerente se comprometa a comutar essa pena por privativa de liberdade, por prazo ou tempo não superior a 30 (trinta) anos.

EXT 1073 / REPÚBLICA DO PERU

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 30/04/2008

Publicação: 29/08/2008

Ementa: Extradicação passiva de caráter instrutório - tratado de extradição entre o Brasil e o Peru (Decreto nº. 5.853/2006) - suposta prática dos delitos de "falsificação de documentos", "peculato" e "enriquecimento ilícito" - observância, na espécie, quanto aos crimes de "falsificação de documentos" e de "peculato", dos critérios da dupla tipicidade e da dupla punibilidade - delito de "enriquecimento ilícito" que não atende, segundo a legislação penal brasileira, ao requisito da dupla tipicidade - extradição deferida, em parte. Extradicação - dupla tipicidade e dupla punibilidade.

EXT 1118 / IT - ITÁLIA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 05/06/2008

Publicação: 27/06/2008

Ementa: Extradicação. Prisão preventiva. Inadmissibilidade. Pedido fundado em causa por cujos fatos o extraditando já foi definitivamente condenado no Brasil. Indeferimento do pedido de prisão. Extinção do processo, com julgamento de mérito. Aplicação do art. 77, V, da Lei nº. 6.815/80 - Estatuto do Estrangeiro, e do art. 3, letra "a", nº. 1, do Tratado de Extradicação entre Brasil e Itália. Precedente. Já havendo condenação definitiva do extraditando pelo mesmo fato, não se defere pedido de prisão preventiva para fim de extradição, mas se lhe extingue o processo, com julgamento de mérito.

EXT 1082 / REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 19/06/2008

Publicação: 08/08/2008

Ementa: Extradicação passiva - acordo de extradição (Mercosul) - nacional uruguaio - tráfico ilícito de entorpecentes - investigação penal ainda em curso - possibilidade - alegação de vícios formais na formulação do pedido extradicional - inoccorrência - pretendido reexame dos fatos subjacentes à investigação penal - negativa de autoria - inadmissibilidade - sistema de contenciosidade limitada - modelo que só não se aplica ao brasileiro naturalizado (CF, art. 5º, LI) - satisfação dos pressupostos e atendimento das condições referentes ao pedido extradicional - exigência de detração penal - extradição deferida. Processo extradicional e sistema de contenciosidade limitada: inadmissibilidade de discussão sobre a prova penal produzida perante o estado requerente.

EXT 1096 / REINO DA ESPANHA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 11/09/2008

Publicação: 03/10/2008

Ementa: Extradicação - exame - concordância do extraditando. A simples concordância do extraditando não é hábil a afastar o crivo do supremo quanto ao atendimento dos requisitos próprios a deferir-se a extradição. Extradicação - caráter executório - requisitos legais. Uma vez atendidos os requisitos legais, impõe-se o deferimento da extradição.

EXT 1120 / RFA - REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 11/12/2008

Publicação: 06/02/2009

Ementa: Extradicação instrutória. República Federal da Alemanha. Pedido formulado com promessa de reciprocidade. Atendimento aos requisitos da Lei nº. 6.815/80. Impossibilidade de análise sobre a inconsistência do mandado de prisão e a ausência de indícios de autoria dos fatos investigados no estado requerente. Sistema de contenciosidade limitada. Precedentes. Propositura de ações perante a justiça brasileira não é óbice ao deferimento da extradição. Pedido deferido.

EXT 1145 / UK - REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE

Tema: EXTRADIÇÃO

Julgamento: 18/12/2008

Publicação: 27/02/2009

Ementa: Extradicação passiva - caráter instrutório - existência de tratado bilateral de extradição - postulado da dupla tipicidade não atendido no que concerne à conduta consistente em portar chave de fenda e cano de plástico - instrumentos que não se ajustam ao conceito de arma de fogo (estatuto do desarmamento) - fato que obsta, quanto a tal conduta, o acolhimento do pedido extradicional - observância, no entanto, do princípio da dupla incriminação quanto aos delitos de lesões corporais leves e de ameaça - impossibilidade, contudo, de deferimento da extradição quanto a referidos crimes, por se tratar de delitos impregnados de mínima ofensividade - extradição indeferida. Processo extradicional e sistema de contenciosidade limitada: inadmissibilidade de discussão sobre a prova penal produzida perante o estado requerente.

2. PRISÃO PREVENTIVA PARA EXTRADIÇÃO

PPE 610 / ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Tema: PRISÃO PREVENTIVA PARA EXTRADIÇÃO

Julgamento: 07/11/2008

Publicação: 17/11/2008

Despacho (decisão monocrática): [...] o magistério da doutrina, refletindo o entendimento jurisprudencial firmado por esta Suprema Corte, observa: A prisão do extraditando deve perdurar até o julgamento final da Corte. Não se admitem a fiança, a liberdade vigiada, a prisão domiciliar ou a prisão-albergue. A privação da liberdade, nessa fase, é essencial ao julgamento, é condição *sine qua non* para o próprio encaminhamento do pedido ao Supremo Tribunal. Ela não tem nenhuma relação com a maior ou menor gravidade da infração, maior ou menor periculosidade do agente; ela visa, tão-somente, possibilitar a entrega, se a extradição vier a ser deferida. Afinal de contas, existe, no estrangeiro, uma ordem de prisão (art. 78, II) expedida contra o extraditando e há, em consequência, a presunção de que esteja fugindo à ação da Justiça do Estado requerente.

3. AGRAVO REGIMENTAL NA EXTRADIÇÃO

Ext 1121 AgR / ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Tema: AG.REG.NA EXTRADIÇÃO

Julgamento: 04/09/2008

Publicação: 17/04/2009

Ementa: Extradicação - prisão cautelar - pressuposto indispensável ao regular processamento do pedido de extradição passiva - inocorrência de situação excepcional que justifique a revogação dessa medida constritiva da liberdade do extraditando - legitimidade constitucional da prisão cautelar para fins extradicionais - recepção, pela constituição, do art. 84, parágrafo único, da Lei nº. 6.815/80 - inaplicabilidade, por insubsistente, da Súmula 02/STF - recurso de agravo improvido. A prisão cautelar é pressuposto indispensável ao regular processamento do pedido de extradição passiva.

4. AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA

ACO 1168 / RJ - RIO DE JANEIRO

Tema: CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL VERSUS MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Julgamento: 16/05/2008

Publicação: 28/05/2008

Despacho (decisão monocrática): [...] Compete ao Supremo a solução de conflito de atribuições a envolver o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. [...] Define-se o conflito considerado o crime de que cuida o processo. A circunstância de, no roubo, tratar-se de mercadoria alvo de contrabando não desloca a atribuição, para denunciar, do Ministério Público Estadual para o Federal. [...] Tem-se no parecer: "8. No mérito, assiste razão ao Ministério Público Federal. 9. Dispõe o art. 109, V, da Constituição Federal que compete aos juízes federais processar e julgar: 'V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente'. 10. Para que tal critério de competência seja aplicado são necessários, portanto, dois requisitos: a previsão do tipo em tratado ou convenção internacional ao qual o Brasil tenha aderido e que o início da execução ou seu resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro. 11. É sabido que o Brasil ratificou em 01/12/1984 a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

5. HABEAS CORPUS

HC 92817 / RS - RIO GRANDE DO SUL

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL OU DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

Julgamento: 16/12/2008

Publicação: 13/02/2009

Ementa: Processo penal. Habeas corpus. Prisão civil. Depositário infiel ou descumprimento de contrato de alienação fiduciária. Impossibilidade. Alteração da jurisprudência do STF (Informativo/STF 531). Concessão da ordem. I - O Plenário desta Corte, na sessão de julgamento de 3 de dezembro do corrente ano, ao julgar os REs 349.703 e 466.343, firmou orientação no sentido de que a prisão civil por dívida no Brasil está restrita à hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de pensão alimentícia. II - Ordem concedida.

HC 95967 / MS - MATO GROSSO DO SUL

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.

Julgamento: 11/11/2008

Publicação: 28/11/2008

Ementa: [...] 1. A matéria em julgamento neste habeas corpus envolve a temática da (in)admissibilidade da prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico brasileiro no período posterior ao ingresso do Pacto de São José da Costa Rica no direito nacional. 2. Há o caráter especial do Pacto Internacional dos Direitos Civis Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), ratificados, sem reserva, pelo Brasil, no ano de 1992. A esses diplomas internacionais sobre direitos humanos é reservado o lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação. 3. Na atualidade a única hipótese de prisão civil, no Direito brasileiro, é a do devedor de alimentos. [...] 4. Habeas corpus concedido.

HC 88240 / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.

Julgamento: 07/10/2008

Publicação: 24/10/2008

Ementa: [...] 1. A matéria em julgamento neste habeas corpus envolve a temática da (in)admissibilidade da prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico brasileiro no período posterior ao ingresso do Pacto de São José da Costa Rica no direito nacional. [...] 3. Há o caráter especial do Pacto Internacional dos Direitos Civis Políticos (art. 11) e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica (art. 7º, 7), ratificados, sem reserva, pelo Brasil, no ano de 1992. A esses diplomas internacionais sobre direitos humanos é reservado o lugar específico no ordenamento jurídico, estando abaixo da Constituição, porém acima da legislação interna. O status normativo supralegal dos tratados internacionais de direitos humanos subscritos pelo Brasil, torna inaplicável a legislação infraconstitucional com ele conflitante, seja ela anterior ou posterior ao ato de ratificação. 4. Na atualidade a única hipótese de prisão civil, no Direito brasileiro, é a do devedor de alimentos. O art. 5º, §2º,

da Carta Magna, expressamente estabeleceu que os direitos e garantias expressos no caput do mesmo dispositivo não excluem outros decorrentes do regime dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. O Pacto de São José da Costa Rica, entendido como um tratado internacional em matéria de direitos humanos, expressamente, só admite, no seu bojo, a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos e, conseqüentemente, não admite mais a possibilidade de prisão civil do depositário infiel. 5. Habeas corpus concedido.

HC 94702 / GO - GOIÁS

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA. RELATIVIZAÇÃO DA SÚMULA 691, STF.

Julgamento: 07/10/2008

Publicação: 24/10/2008

Ementa: [...] 1. A matéria em julgamento neste habeas corpus envolve a temática da (in)admissibilidade da prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico brasileiro no período posterior ao ingresso do Pacto de São José da Costa Rica no direito nacional. [...] diante da orientação que vem se delineando no âmbito desta Corte, a hipótese comporta relativização do enunciado 691, da Súmula do Supremo Tribunal Federal, especialmente devido à inadmissibilidade da prisão civil do depositário infiel no Direito brasileiro contemporâneo. [...] O Pacto de São José da Costa Rica, entendido como um tratado internacional em matéria de direitos humanos, expressamente, só admite, no seu bojo, a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos e, conseqüentemente, não admite mais a possibilidade de prisão civil do depositário infiel. 6. Habeas corpus concedido.

HC 90450 / MG - MINAS GERAIS

Tema: HABEAS CORPUS - HIERARQUIA CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.

Julgamento: 23/09/2008

Publicação: 06/02/2009

Ementa: [...] Relações entre o direito interno brasileiro e as convenções internacionais de direitos humanos (CF, art. 5º e §§ 2º e 3º). Precedentes. - Posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento positivo interno do Brasil: natureza constitucional ou caráter de supralegalidade? - Entendimento do Relator, Min. CELSO DE MELLO, que atribui hierarquia constitucional às convenções internacionais em matéria de direitos humanos. [...] Os magistrados e Tribunais, no exercício de sua atividade interpretativa, especialmente no âmbito dos tratados internacionais de direitos humanos, devem observar um princípio hermenêutico bá-

sico (tal como aquele proclamado no Artigo 29 da Convenção Americana de Direitos Humanos), consistente em atribuir primazia à norma que se revele mais favorável à pessoa humana, em ordem a dispensar-lhe a mais ampla proteção jurídica. [...] Aplicação, ao caso, do Artigo 7º, n. 7, c/c o Artigo 29, ambos da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica): um caso típico de primazia da regra mais favorável à proteção efetiva do ser humano.

HC 94695 / RS - RIO GRANDE DO SUL

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL. DEPOSITÁRIO INFIEL. PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA.

Julgamento: 23/09/2008

Publicação: 06/02/2009

Ementa: [...] A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sempre em caráter extraordinário, tem admitido o afastamento, "hic et nunc", da Súmula 691/STF, em hipóteses nas quais a decisão questionada divirja da jurisprudência predominante nesta Corte ou, então, veicule situações configuradoras de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade. [...] Não mais subsiste, no sistema normativo brasileiro, a prisão civil por infidelidade depositária, independentemente da modalidade de depósito, trate-se de depósito voluntário (convencional) ou cuide-se de depósito necessário, como o é o depósito judicial. [...] A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Art. 7º, n. 7). Caráter subordinante dos tratados internacionais em matéria de direitos humanos e o sistema de proteção dos direitos básicos da pessoa humana. [...] Aplicação, ao caso, do Artigo 7º, n. 7, c/c o Artigo 29, ambos da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica): um caso típico de primazia da regra mais favorável à proteção efetiva do ser humano.

HC 94016 / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - ESTRANGEIRO NÃO DOMICILIADO NO BRASIL

Julgamento: 16/09/2008

Publicação: 27/02/2009

Ementa: "Habeas corpus" - Súmula 691/STF - Inaplicabilidade ao caso - Ocorrência de situação excepcional que afasta a restrição sumular - Estrangeiro não domiciliado no Brasil - Irrelevância - Condição jurídica que não o desqualifica como sujeito de direitos e titular de garantias constitucionais e legais. [...] "Habeas corpus" concedido "ex officio", com extensão de seus efeitos aos co-réus. Denegação de medida liminar - Súmula 691/STF - Situações excepcionais que afastam a restrição sumular. O súdito estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil, tem direito a todas as prerrogativas básicas que lhe assegurem a preservação do "status liber-

tatis" e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do "due process".

HC 91444 / RJ - RIO DE JANEIRO

Tema: HABEAS CORPUS - ACORDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL.

Julgamento: 04/03/2008

Publicação: 02/05/2008

Ementa: Habeas corpus. Processual penal. Internacional. Interrogatório dos pacientes. Cidadãos norte-americanos. Ato essencialmente de defesa. Possibilidade de ser praticado perante as autoridades judiciárias estrangeiras, por força do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, assinado entre o Brasil e os EUA. Decreto nº 3.810/01. 1. O Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, assinado pelo Brasil e pelos Estados Unidos, tem como objetivo "facilitar a execução das tarefas das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei de ambos os países, na investigação, inquérito, ação penal e prevenção do crime por meio de cooperação e assistência judiciária mútua em matéria penal". [...] 5. Ordem concedida.

HC 92598 / RJ - RIO DE JANEIRO

Tema: HABEAS CORPUS - EXTRADIÇÃO

Julgamento: 13/12/2007

Publicação: 01/08/2008

Ementa: Habeas Corpus. Não-conhecimento. Precedente da Corte. 1. A Corte as-sentou que não se conhece de habeas corpus quando se trate de extradição, "que é processo sujeito à jurisdição única desta Corte, mas que não tem por objeto crime sujeito à jurisdição dela em uma única instância" (QO no HC 76.628/DF, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Moreira Alves, DJ de 12/6/98). 2. Habeas corpus não conhecido.

HC 91657 / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - EXTRADIÇÃO

Julgamento: 13/09/2007

Publicação: 14/03/2008

Ementa: Habeas corpus. 1. Pedido de revogação de prisão preventiva para extradição (PPE). [...] 8. O Pacto de San José da Costa Rica proclama a liberdade provisória como direito fundamental da pessoa humana (Art. 7º,5). 9. A prisão é medida excepcional em nosso Estado de Direito e não pode ser utilizada como meio generalizado de limitação das liberdades dos cidadãos (Art. 5º, LXVI). Inexiste razão, tanto com base na CF/88, quanto nos tratados internacionais com relação ao respeito aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, para que tal entendimento não seja tam-

bém aplicado às PPE's. 10. Ordem deferida para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da Extradicação no 1091/Panamá [...].

HC 73087 / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - EXTRADIÇÃO

Julgamento: 06/03/1996

Publicação: 21/11/2008

Ementa: "Habeas corpus" [...] Pedido indeferido. - A circunstância de o súdito estrangeiro possuir cônjuge brasileiro, ou ter filhos impúberes nascidos no Brasil, ou exercer, em território nacional, atividade lícita e honesta não constitui impedimento jurídico ao processamento e eventual deferimento do pedido de extradicação passiva. Precedentes. - O sistema de contenciosidade limitada que qualifica o processo extradicional no direito positivo brasileiro não confere, a esta Corte, qualquer poder de indagação sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou, ainda, sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional se apóia [...].

HC 72851 / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES PRATICADO POR ESTRANGEIRO

Julgamento: 25/10/1995

Publicação: 28/11/2008

Ementa: "Habeas corpus" - Crime de tráfico de entorpecentes praticado por estrangeiro - Aplicabilidade da Lei nº 6.815/80 - Estatuto do Estrangeiro - Súdito colombiano - Expulsão do território nacional - Medida político-administrativa de proteção à ordem pública e ao interesse social - Competência exclusiva do presidente da república - Ato discricionário - Análise, pelo poder judiciário, da conveniência e da oportunidade do ato - Impossibilidade - Controle jurisdicional circunscrito ao exame da legitimidade jurídica do ato expulsório - Inocorrência de causas de inexpulsabilidade - Art. 75, II, da lei nº 6.815/80 - Inexistência de direito público subjetivo à permanência no Brasil - Plena regularidade formal do procedimento administrativo instaurado - pedido indeferido.

6. MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS

HC 96020 MC / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - PRISÃO CIVIL DE DEPOSITÁRIO JUDICIAL INFIEL.

Julgamento: 29/11/2008

Publicação: 02/02/2009

Despacho (decisão monocrática): Habeas corpus. Execução fiscal. Prisão civil de depositário judicial infiel. [...] O Pacto de San José de Costa Rica, de que é signatário o Brasil, bem como a própria Constituição, que, nos §§ 2º e 3º do art. 5º, põem as normas internacionais de direitos humanos, às quais dê adesão o Estado nacional, tem vigência interna e põe no plano da invalidade o que contra elas se estabeleça. Tal é o que se dá na espécie, em que o Pacto de San José de Costa Rica proíbe prisão por dívida, ficando os Estados parte obrigados a acatar em seus respectivos ordenamentos tal vedação. Daí porque a jurisprudência deste Supremo Tribunal tem se encaminhando no sentido de dar cumprimento integral a tal determinação, não se vislumbrando a possibilidade de prosperarem tais prisões. Ressalvada a hipótese de prisão civil por não pagamento de pensão alimentícia 'em razão dos fundamentos também de direitos humanos que a determinam' não se há de considerar, em princípio, válida qualquer outra prisão por dívida, tal como se parece configurar na espécie vertente 9. Posto isto, defiro a medida liminar requerida, para que seja expedido salvo-conduto ao ora Paciente, a fim de se evitar a sua prisão até o julgamento da presente ação.

HC 94404 MC / SP - SÃO PAULO

Tema: HABEAS CORPUS - ESTRANGEIRO NÃO DOMICILIADO NO BRASIL.

Julgamento: 19/08/2008

Publicação: 26/08/2008

Ementa (decisão monocrática): "Habeas corpus". Estrangeiro não domiciliado no Brasil. Condição jurídica que não o desqualifica como sujeito de direitos e titular de garantias constitucionais e legais. Plenitude de acesso, em consequência, aos instrumentos processuais de tutela da liberdade. Respeito, pelo poder público, às prerrogativas jurídicas que compõem o próprio estatuto constitucional do direito de defesa. Vedação legal absoluta, em caráter apriorístico, da concessão de liberdade provisória. Lei do crime organizado (art. 7º). Inconstitucionalidade. Ofensa aos postulados constitucionais da presunção de inocência, do "due process of law", da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade. [...] A subordinação hierárquico-normativa, à autoridade da constituição da república, dos tratados internacionais que não versem matéria de direitos humanos. [...] Caráter extraordinário da privação cautelar da liberdade individual. [...] Não se decreta prisão cautelar, sem que haja real necessidade de sua efetivação, sob pena de ofensa ao "status libertatis" daquele que a sofre. Precedentes. Medida cautelar deferida.

7. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RE 229096 / RS - RIO GRANDE DO SUL

Tema: DIREITO TRIBUTÁRIO - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 DO ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO.

Julgamento: 16/08/2007

Publicação: 11/04/2008

Ementa: 1. A isenção de tributos estaduais prevista no Acordo Geral de Tarifas e Comércio para as mercadorias importadas dos países signatários quando o similar nacional tiver o mesmo benefício foi recepcionada pela Constituição da República de 1988. 2. O artigo 98 do Código Tributário Nacional "possui caráter nacional, com eficácia para a União, os Estados e os Municípios" (voto do eminente Ministro Ilmar Galvão). 3. No direito internacional apenas a República Federativa do Brasil tem competência para firmar tratados (art. 52, § 2º, da Constituição da República), dela não dispondo a União, os Estados-membros ou os Municípios. O Presidente da República não subscreve tratados como Chefe de Governo, mas como Chefe de Estado, o que descaracteriza a existência de uma isenção heterônoma, vedada pelo art. 151, inc. III, da Constituição. 4. Recurso extraordinário conhecido e provido.

RE 459556 / MG - MINAS GERAIS

Tema: EXTRAVIO DE BAGAGEM - PACTO DE VARSÓVIA

Julgamento: 15/12/2008

Publicação: 02/02/2009

Despacho (decisão monocrática): A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que nos casos de extravio de bagagem, a aplicação da indenização prevista na Convenção de Varsóvia não afasta aquela referente aos danos morais. Confira-se, a propósito, o seguinte julgado: *'Indenização - Dano Moral - Extravio de Mala Em Viagem Aérea - Convenção de Varsóvia - Observação Mitigada - Constituição Federal - Supremacia*. O fato de a Convenção de Varsóvia revelar, como regra, a indenização tarifada por danos materiais não exclui a relativa aos danos morais. Configurados esses pelo sentimento de desconforto, de constrangimento, aborrecimento e humilhação decorrentes do extravio de mala, cumpre observar a Carta Política da República - incisos V e X do artigo 5º, no que se sobrepõe a tratados e convenções ratificados pelo Brasil.

RE 543943 / PR - PARANÁ

Tema: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ISENÇÃO TRIBUTÁRIA EM FACE DA REALIZAÇÃO DO ACORDO INTERNACIONAL RATIFICADO PELO CONGRESSO NACIONAL

Julgamento: 11/04/2008

Publicação: 28/04/2008

Despacho (decisão monocrática): Os tratados e as convenções internacionais ratificados pelo Congresso Nacional passam a ser também normas de direito interno e podem revogar ou modificar a legislação tributária interna. [...] não vislumbro qualquer eiva de inconstitucionalidade na outorga de isenção de tributo municipal (ISS, no caso) prevista no Acordo para Isenção de Impostos Relativos à Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia. Com efeito, tenho para mim que o preceito normativo inscrito no art. 151, III, da vigente Constituição há de ser interpretado na perspectiva do modelo institucional que caracteriza o Estado Federal brasileiro. [...] O federalismo brasileiro é tal que centraliza na União a condução das políticas mais importantes, mormente no plano externo. Quem tem os fins deve ter os meios. No âmbito da Organização Internacional do Comércio ou do Mercosul, a previsão, em tratado multilateral, de isenção de produto ou serviço, vale juridicamente. Caso contrário, seria a inabilitação da União para as políticas de harmonização tributária, justamente ele que detém a representação da República Federativa do Brasil, embora sejam o ICMS e o ISS impostos de competência estadual e municipal.- Daí o inteiro acerto da tese daqueles que sustentam, com apoio em autorizado magistério doutrinário, que a Constituição da República não impede que o Estado Federal brasileiro (expressão da comunidade jurídica total) conceda, em sede convencional, mediante tratado internacional, isenção em tema de impostos sujeitos à competência dos Estados-membros e/ou dos Municípios, pois, consoante já se decidiu na ADI 1.600/DF, no voto então proferido pelo eminente Ministro NELSON JOBIM, - *O âmbito de aplicação do art. 151, da CF, em todos os seus incisos, é o das relações das entidades federadas, entre si. Não tem por objeto a União Federal quando esta se apresenta como a República Federativa do Brasil, na ordem externa*".

8. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

AI 223336 AgR / RJ - RIO DE JANEIRO

Tema: DIREITO TRIBUTÁRIO - RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 DO ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO.

Julgamento: 21/10/2008

Publicação: 28/11/2008

Ementa: Agravo regimental. ICMS. Acordo geral de tarifas e comércio - GATT.

Recepção pela Constituição Federal de 1988. Competência do chefe de estado para firmar tratados internacionais. Isenção heterônoma. Não-ocorrência. A decisão agravada está em conformidade com o entendimento firmado pelo Plenário desta Corte no julgamento do RE 229.096 (rel. orig. min. Ilmar Galvão, rel. p/ acórdão min. Cármen Lúcia, Pleno, DJ de 11.04.2008), no qual foi dado provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão que entendera não-recepcionada pela Constituição federal de 1988 a isenção de ICMS relativa à mercadoria importada de país signatário do GATT, quando isento o similar nacional. Entendeu a Corte que a limitação prevista no art. 151, III, da Constituição (isenção heterônoma) não se aplica às hipóteses em que a União atua como sujeito de direito na ordem internacional. Agravo regimental a que se nega provimento

9. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

ADI 3937 / SP - SÃO PAULO

Tema: MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Julgamento: 04/06/2008

Publicação: 10/10/2008

Ementa: Competência normativa - Comércio. Na dicção da ilustrada maioria, em relação à qual guardo reservas, não há relevância em pedido de concessão de liminar, formulado em ação direta de inconstitucionalidade, visando à suspensão de lei local vedadora do comércio de certo produto, em que pese à existência de legislação federal viabilizando-o.

ADI 2649 / DF - DISTRITO FEDERAL

Tema: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Julgamento: 08/05/2008

Publicação: 17-10-2008

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade: associação brasileira das empresas de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros - abрати. Constitucionalidade da Lei n. 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência. Alegação de afronta aos princípios da ordem econômica, da isonomia, da livre iniciativa e do direito de propriedade, além de ausência de indicação de fonte de custeio (arts. 1º, inc. IV, 5º, inc. XXII, e 170 da constituição da república): Improcedência.

SUMÁRIO

- 11 Violence on Civilians and Prisoners of War in the Jurisprudence of International Criminal Tribunals
FAUSTO POCAR
- 31 How the Judges of the Appellate Body Form Their Opinion and its is Reflection on the Implementation of the Reports of the WTO Dispute Settlement Body
MARIA DE LOURDES ALBERTINI QUAGLIA
- 48 The Universal Declaration of Human Rights and Armed Conflicts: from Fragmentation to Complexity
XAVIER AUREY
- 58 Competition Issues in the Global Economy and the WTO Regulation of World Trade
GIORGIO SACERDOTI
- 74 The Hague Choice of Court Convention (2005) - A Critical Assessment
PAULO BORBA CASELLA
- 93 Jurisdição no Ciberespaço
ALEXANDRE ATHENIENSE
- 17 A Problemática do Sistema Internacional de Proteção à Propriedade Intelectual frente às Novas Tecnologias de Transferência de Informação
PEDRO IVO RIBEIRO DINIZ
- 33 A Cisão dos "Internacionalistas" e o Recurso às Normas e às Regras como Desafio às Fronteiras Disciplinares: Ciência Política, Direito Internacional e Relações Internacionais
VICTOR COUTINHO LAGE

ANEXOS

- 69 Anexo I Jurisprudência relativa ao Direito Internacional no Supremo Tribunal Federal - STF
- 87 Anexo II Jurisprudência relativa ao Direito Internacional no Superior Tribunal de Justiça - STJ
- 23 Anexo III Casos Contenciosos da Corte Internacional de Justiça - CIJ
Resumo
- 27 Anexo IV Tratados Internacionais

IV

ANUÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL

IV

ANUÁRIO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL

VOLUME 2

Brazilian Yearbook of International Law

Annuaire Brésilien de Droit International



CEDIN
CENTRO
DE DIREITO
INTERNACIONAL

2009



Konrad
Adenauer
Stiftung
Programa Estado de Direito para a América Latina

ILIA BRASIL
INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION - RAMO BRASILEIRO

NEMER
CALDEIRA
BRANT
ADVOGADOS